



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**A PROBLEMATIZAÇÃO DA MORTE NA PERSPECTIVA SOCRÁTICA:  
RELAÇÃO ENTRE SUA FILOSOFIA E SUA CONCEPÇÃO DIVINA NAS  
APOLOGIAS DE PLATÃO E XENOFONTE**

**Bolsista: Davi Lima Escobar, CNPq**

**MANAUS**

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO FINAL**

**PIB-H/0037/2008**

**A PROBLEMATIZAÇÃO DA MORTE NA PERSPECTIVA SOCRÁTICA:  
RELAÇÃO ENTRE SUA FILOSOFIA E SUA CONCEPÇÃO DIVINA NAS  
APOLOGIAS DE PLATÃO E XENOFONTE**

**Bolsista: Davi Lima Escobar, CNPq**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Valcicléia Pereira da Costa**

MANAUS

2011

## SUMÁRIO

Resumo .....	04
Abstract .....	04
1. Introdução .....	05
2. Fundamentação teórica .....	08
Capítulo I - O fenômeno da morte para os homens .....	08
1. Concepção de morte nos gregos antigos .....	09
Capítulo II - Apologia de Sócrates: dois autores e duas versões .....	15
1. Defesa de Sócrates na visão platônica .....	16
<b>Críton:</b> cumprimento dos deveres mesmo na iminência da morte?.....	28
2. Apologia de Sócrates na visão de Xenofonte .....	30
Considerações .....	37
Referências.....	39
Cronograma de Atividades.....	40

## **RESUMO**

Na história do pensamento filosófico Sócrates representa um divisor de águas, ele direciona as investigações de cunho cosmológico para as questões antropológicas. As suas reflexões sobre a forma como o homem deve viver foram legadas a posteridade pelos seus discípulos, dentre eles Platão e Xenofonte. Os temas abordados pelos dois discípulos são a sua acusação, defesa e condenação pelo tribunal ateniense no ano de 399 a. C. No decorrer do processo, Sócrates expõe sua concepção singular de morte e os possíveis destinos da alma em outro lugar.

## **ABSTRACT**

In the history of philosophic thinking Socrates is remarkable, he directs the cosmologic investigations to anthropologic questions. His reflections of how men should live were brought in the future by his followers, Plato and Xenophon. The subjects these two followers wrote are about his accusation, defense and conviction by the Athens's trial in 399 b.C. In the process, Socrates shows his unique conception about death and the possible destinations of soul in other place.

## INTRODUÇÃO

O presente texto aborda a problemática da **morte** e do **divino** no mundo antigo grego, especificamente nos diálogos de dois pensadores: o filósofo Platão (428-348 a. C.) e o historiógrafo Xenofonte (427-355 a.C.). Como os autores destacam aspectos do seu tempo, seja para reiterar ou refutar determinadas concepções existentes, há necessidade de incluir abordagens de alguns poetas sobre a temática.

A morte enquanto fenômeno social está presente entre os homens desde os tempos imemoriais, despertando receios em alguns e esperança em outros, sobretudo nos que acreditam em alguma forma de divindade. Geralmente, o receio humano repousa na possibilidade de finitude física, e a esperança na possibilidade de recompensa espiritual para os que se julgam bons e virtuosos.

Quando procuramos o sentido da morte em qualquer dicionário da língua vernácula,<sup>1</sup>o primeiro significado refere-se à cessação da vida. Se persistirmos na busca, encontraremos outros possíveis sentidos para a morte, tanto no aspecto físico quanto psíquico. Conforme a ênfase no primeiro sentido de morte é possível constatar porque algumas pessoas tanto a temem. Elas inferem a morte apenas como cessação da vida física, o que pressuporia uma interrupção definitiva do que eles entendem por vida. No entanto, esse é apenas um aspecto da morte, uma vez que os outros sentidos sinalizam para um prolongamento da alma, após a separação física. Com isso, podemos distinguir concepções distintas acerca da morte: uma do tipo físico-biológica e a outra físico-psíquica ou espiritual.

Várias áreas do conhecimento procuraram um sentido para a morte, seja no aspecto biológico, com o falecimento do corpo, seja psíquico, com o seu prolongamento espiritual. Esses sentidos são encontrados nas abordagens antropológicas, religiosas, ético-filosóficas, psicológicas, históricas, etc.

Para algumas concepções religiosas, a morte não significa necessariamente a cessação definitiva, havendo possibilidade de prolongamento da alma em outro lugar. No decorrer da história da humanidade, nós podemos encontrar várias abordagens acerca da morte e suas possíveis implicações. Algumas culturas antigas destacaram a problemática da morte tanto no contexto religioso quanto político-social. Entre os egípcios a necessidade

---

<sup>1</sup> HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1993, p. 373.

de preservar o corpo mumificado constituía uma forma de expressar a expectativa de um prolongamento da vida após a cessação da vitalidade física.

Os gregos não chegaram ao extremo de preservar o corpo. A forma que os gregos encontraram para expressar sua cultura e preservá-la para as gerações futuras foi por meio de suas obras, seja inscrita em pedra (escultura e pintura) seja inscrita em signos (poesia, literatura, filosofia, história, etc.). É com base nesse legado que passamos a conhecer como os gregos entendiam o fenômeno da morte e como eles expressam suas concepções nos diferentes setores da vida.

No aspecto religioso, a morte aparece tanto na religião olímpica quanto na denominada religião dos mistérios - orfismo, pitagorismo e eleusianismo, dentre outros. Não sabemos exatamente como os gregos distinguiam uma da outra, mas podemos inferir uma espécie de coexistência entre as duas religiões, com adeptos tanto de uma como de outra.

A religião olímpica parece constituir uma concepção oficial acerca do divino, uma vez que cada cidade cultuava algum dos doze deuses do panteão grego: Zeus, Hera, Apolo, Atenas, Afrodite, Poseidon, Ártemis, Hermes, Demeter, Dionísio, Hefestos e Ares. No entanto, também observamos nos textos antigos cultos de divindades introduzidas posteriormente em decorrência do contato dos gregos com outras culturas, sobretudo as do oriente. Nem todas essas divindades encontraram solo fértil na mentalidade dos gregos, caindo posteriormente no esquecimento. Enquanto outras encontraram abrigo em alguns homens que procuraram cultuar em pequenos grupos, originando com isso a chamada religião dos mistérios.

As diferentes formas de religiosidade grega e o seu possível prolongamento no Hades, região subterrânea em que pretensamente viveriam as almas, são encontradas nas obras dos poetas (épicos, líricos, trágicos, cômicos), historiadores, filósofos, etc.

O reino do deus Hades, mesmo nome da localidade, era dividido em vários setores, alguns agradáveis, destinados aos que em vida foram bons e justos, outros tenebrosos, destinados aos ímpios e maus. De acordo com a tradição, o que determinaria o pretense destino das almas no Hades seria a forma como cada homem conduzisse sua alma em vida. Se observasse os preceitos religiosos ligados à virtude e à bondade seria recompensado, se não, o seu destino seria o tormento e o sofrimento no Hades. Conforme podemos ver, há entre os gregos a existência de uma concepção que visa explicar que a vida continua após o apartamento do corpo. No entanto, não sabemos o que aconteceria

depois, se as almas ficariam indeterminadamente no Hades, ou se poderiam sair depois de algum tempo.

Platão, em alguns dos seus diálogos, sinaliza para uma resposta a essa questão quando investiga os tipos de vida que conduz à virtude ou ao vício. No processo de investigação, o filósofo, por meio de seus interlocutores, percebeu a necessidade de investigar também o antes e o depois da alma, ou seja, antes de nascer e depois de morrer. O filósofo não ignorou as dificuldades em abordar um problema que não poderia ser comprovado. Sua alternativa foi investigar as narrativas míticas e religiosas por meio da especulação racional.

No primeiro capítulo, nós esboçaremos como os gregos manifestaram seu interesse pela morte nos chamados ritos fúnebres.

No segundo capítulo, nos deteremos na concepção de morte de Sócrates depreendidas das obras **Defesa de Sócrates**, de Platão, e **Apologia de Sócrates e Memoráveis**, de Xenofonte.

A ideia central nas duas obras é a defesa de Sócrates empreendida no tribunal ateniense, acusado de corromper a juventude com suas conversas sobre a melhor forma de viver para ser considerado um homem bom e justo. Nas duas obras Sócrates alega desenvolver uma atividade considerada divina, uma vez que foi considerado pelo oráculo de Delfos como o homem mais sábio.



Fig. 01: Sócrates no leito de morte, Jacques Dauid, Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque, EUA.  
Fonte: Disponível em: [passeiweb.com](http://passeiweb.com).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Capítulo I - O fenômeno da morte para os homens

A morte é um evento inerente aos seres vivos, inexorável, inevitável e que acontece num instante arbitrário, ou seja, independente da vontade, da faixa etária, condição social, econômica ou religiosa do ser humano. É um evento que não pode ser planejado sem postergado indefinidamente, sua ação coloca todos os seres em um mesmo patamar de suscetibilidade ao término de um ciclo biológico.

No caso específico dos seres humanos, a morte não apenas interrompe os planos de alguém, ela cessa definitivamente todas as ações e relações ligadas ao plano físico-social, afetando direta ou indiretamente todo o núcleo familiar e as suas relações sociais. A morte pode acontecer com uma criança, com um jovem, com um adulto ou com os idosos, ou seja, pode ocorrer em qualquer fase da vida. De um modo geral, nós poderíamos pensar que ninguém deseja a morte, mas ao assistirmos os noticiários e constarmos o aumento do nível de suicídios entre os jovens e adultos, tomamos consciência de que em algumas situações desesperadoras, algumas pessoas a desejam de alguma forma, chegando ao extremo de tirar a própria vida.

Podemos observar que a morte não é algo distante, circunscrita unicamente à velhice, período em que a pessoa pretensamente teria aproveitado a vida. A morte pode chegar a qualquer momento, ela é algo presente em nossas vidas e de uma certa forma é intrínseca ao próprio ciclo natural da vida.

Desde os antigos o fenômeno da morte causa interesse, gerando discussões e controvérsias em todos os campos do conhecimento. No campo da filosofia não poderia ser diferente, sendo observada a discussão e investigação de diferentes concepções, algumas antagônicas outras complementares.

A morte é, sem dúvida, uma das questões que mais incomoda e afeta o ser humano. O desconhecimento de suas implicações causa temor porque representa o fim da vida, ou mesmo uma possível passagem para outro plano (espiritual), conforme algumas versões míticas e religiosas de algumas culturas. Todas essas indagações permanecem sem resposta definitiva. No entanto, isso não significa que seja um assunto ignorado, pois o fato de encontrarmos comentários ou descrições sobre as primeiras manifestações de práticas

fúnebres significa o quanto os homens desde tempos os imemoriais se preocupavam com o fenômeno da morte.

## **1. Conceção de morte nos gregos antigos**

Entre os gregos, o fenômeno da morte tende a representar um momento de transição que merecia algum tipo de atenção, seja na forma de ritos fúnebres ou mesmo manifestação pública de sentimento. Walter Burkert (1993, p. 374), ao analisar os ritos dedicados aos mortos na Grécia antiga, lembra a atitude de Aquiles em forçar as troianas, reféns de guerra, a chorar a morte de seu amigo Pátroclo, como forma de expressão de dor e lamento pela perda de alguém querido. Com o tempo, a prática de chorar em momentos de perdas evoluiu para uma espécie de profissão própria de mulheres que conseguiam demonstrar lamentos, mesmo por quem não conheciam. Essas mulheres ficaram conhecidas como carpideiras, ou seja, as que exerciam uma função que anteriormente era praticada somente pelos parentes e amigos do morto. Segundo Burkert (1993, p. 372), o rito fúnebre manifestado pela sociedade representava “Respeitar os desejos do morto significa afirmar a identidade do grupo, aceitar as suas regras, e desse modo, assegurar a sua existência futura”.

Os egípcios fornecem em bom exemplo de como os antigos concebiam o fenômeno da morte, não como perda ou cessão definitiva do corpo, mas como uma espécie de transição da alma de um plano para outro, desde que observasse alguns preceitos estabelecidos pelas divindades egípcias. Para eles, a morte não constituía algo separado da vida, mas como algo inerente ao seu ciclo, sendo necessário formar pessoas específicas para preparar e preservar o corpo para uma continuação da vida. O que impulsionava a cultura egípcia era a concepção de que a alma era imortal e que precisava manter a sua conexão com o divino. Posteriormente, a concepção de imortalidade da alma adentra na cultura grega, sobretudo na denominada religião dos mistérios, por meio da prática de ações que exaltavam a excelência de uma alma imortal em um corpo mortal. Por exemplo, a morte precoce em um campo de batalha poderia ser exaltada ou lamentada pela família, dependendo do procedimento do jovem diante das circunstâncias da vida. Se o jovem enfrentou com galhardia os seus inimigos, mesmo diante dos perigos inerentes a uma batalha, ele será exaltado por sua coragem, mesmo que tenha perecido na proteção dos interesses e no bem estar de sua cidade. Neste caso, sua morte representa uma marca

distintiva, um atestado efetivo de sua coragem, virtude daqueles que conseguiram vencer o seu principal inimigo, o medo da morte. Esse tipo de morte passa a ser considerada pelo grupo como gloriosa, pois comprova que o jovem pertence a uma família pertencente aos “melhores” (aristoi). Devido a sua ação gloriosa, o morto merece ser lembrado pelas outras gerações como um bom grego. Para os gregos antigos, somente pela demonstração da coragem diante da morte, o grego tornar-se um homem digno de ser lembrado, transpondo dessa forma os limites de sua existência física.

### **O temor de falar da própria morte**

Se a morte constitui o afastamento do homem do convívio social, terminando com isso sua contribuição para o bem estar dos seus concidadãos, qual o real motivo da participação da comunidade na homenagem fúnebre e qual a implicação na não realização dos ritos?

Não sabemos o motivo, mas observamos que alguns assuntos, mesmo fazendo parte do cotidiano, não são facilmente discutidos. Alguns ou são abordados na forma de brincadeiras ou são discutidos como se fosse um problema dos outros. Com isso, as pessoas procuram estabelecer um distanciamento do tema, com receio que algo aconteça ou a si próprio ou a algum dos seus familiares. Todo homem sabe que a morte é um fenômeno natural comum a todos os seres, o que significa que o seu desfecho é inevitável em algum momento da vida. A frase “Todo homem é mortal”, comum nas premissas lógicas universais, ilustra a abrangência do fenômeno a todos os seres humanos. Se a morte é comum, porque preferimos falar em terceira pessoa?

A morte parece ser um desses termos mal-ditos, em que ao ser falado pode atrair a sua presença. Como ninguém em princípio deseja a morte, a alternativa é comentar numa forma geral, sem vínculo pessoal. A abordagem de forma genérica, como algo comum a comunidade, nos remete ao próprio sentido dos ritos fúnebres praticados pela comunidade. A morte desperta um sentimento coletivo de perda, por isso a comoção das pessoas durante o velório de alguém, mesmo que seja desconhecido.

Walter Burkert, ao investigar a finalidade dos ritos fúnebres na Grécia antiga, aborda a problemática da relação do homem com a morte. Segundo o autor, a discussão da morte no âmbito pessoal permanece na obscuridade. Isso é o que podemos apreender do seu

comentário: “[...] O ritual e a crença tem a ver, quase exclusivamente com a morte dos outros. A morte própria permanece na sombra.” (BURKET, 1993, p. 372).

O vínculo que Burket estabelece entre os ritos fúnebres e a morte dos outros, nos fornece elementos para compreender o motivo da participação das pessoas nesses rituais. O velório é uma forma de comunicar à comunidade que aquele membro terminou o seu ciclo natural. Poderíamos dizer que não basta apenas dizer que alguém morreu, é preciso alguma forma de comprovação prática, ou sob a forma de participação nos ritos ou mesmo o próprio atestado de óbito.

Alguns historiadores descobriram, através dos textos antigos e escavações arqueológicas, o vínculo entre os ritos fúnebres propriamente ditos e o nascimento dos jogos fúnebres, realizados primeiramente para honrar Hércules, depois foram gradualmente propagados entre os homens considerados importantes, seja pelo prestígio financeiro ou familiar. Um dos exemplos clássicos de homenagem aos mortos é observado por Burket, fazendo referência ao funeral de Pátroclo, amigo de Aquiles: “Nos tempos antigos, a inumação de um falecido de prestígio era seguida de uma competição, como é testemunho pela **Ilíada** e os vasos geométricos dos túmulos.” (BURKET, 1993, p. 377).

A primeira coisa que podemos considerar sobre a atitude de Aquiles é a sua extrema consideração ao amigo, merecedor de todos os louvores humanos. Para isso, Aquiles não mede esforços para realizar um grande funeral, regado a sacrifícios (inclusive dos prisioneiros troianos) e competições de destreza e vigor. As competições mostram a necessidade do envolvimento coletivo e também uma espécie de demonstração de vigor físico e emocional, uma vez que as provas envolvem resistência física e tenacidade. Esse tipo de demonstração de respeito aos mortos foi preservado na literatura e nos vasos funerários gregos.

As homenagens aos mortos ganharam espaço no mundo grego, chegando ao ponto dos legisladores intervirem, como forma de coibir os excessos e a vulgarização da tradição.

Na tentativa de racionalizar o excesso de sentimentos nos funerais que levavam a algumas extravagâncias, surgiram os encarregados em limitar os gastos durante os ritos. Segundo Burket (1993, p. 379), o legislador Sólon foi um dos primeiros homens a se preocupar com o problema:

Os legisladores das cidades gregas viam sempre a sua tarefa, pelo menos desde Sólon, em limitar as despesas durante as celebrações fúnebres. É limitado o número dos que ‘se maculam’, dos participantes na procissão fúnebre, o tipo de sacrifícios e de monumentos tumulares.

O fato dos legisladores abordarem a problemática relacionada ao excesso de gastos nos funerais destaca dois aspectos a considerar: primeiro, que os ritos fúnebres constituíam uma preocupação social; segundo, que começavam a extrapolar os limites financeiros e culturais. Esse tipo de legislação demonstra o quanto a própria polis era contrária às demonstrações pretensivas de poder. Com isso, podemos perceber a tentativa de evitar a banalização da tradição e tentar resgatar o sentido primeiro dos ritos.

### **Dos ritos fúnebres aos jogos olímpicos**

Haiganuch Sarian (1996/1997), em um artigo intitulado “*Culto heróico, cerimônias fúnebres e a origem dos Jogos Olímpicos*”, expõe os resultados de seus estudos icnográficos em vasos antigos. Segundo ela, as pinturas mostram como os gregos viviam seus hábitos, concepções e tradições religiosas. Em alguns desses vasos, a historiadora identifica cenas de como os gregos homenageavam os seus heróis e os seus entes queridos.

A pesquisadora procura verificar se as imagens dos vasos encontrados em escavações arqueológicas confirmam ou não as informações existentes nos textos antigos. Os estudos de Sarian revelaram a existência de um estreito vínculo entre os ritos fúnebres propriamente ditos e as competições que demonstravam destreza e valor.

Segundo acreditam os gregos, foram os deuses olímpicos que começaram as primeiras competições. Um exemplo disso é a vitória de Zeus sobre Cronos, a de Apolo sobre Aries, com os punhos, e também de Hermes, na corrida.

Conforme a mitologia grega, Heracles foi o primeiro a organizar as competições de pista. Ele teria instituído a primeira competição de corrida e premiado o vencedor com um ramo de oliveira silvestre. Em sua organização da corrida, ele determinou inclusive o lugar e a extensão do primeiro estádio. A finalidade da competição seria uma homenagem de Héracles ao seu avô Pélope.

Segundo uma variante da mesma narrativa, Pélope, avô de Héracles, teria se apaixonado pela filha de Enomau, rei de Pisa. De acordo com o oráculo, o rei seria morto pelas mãos do próprio genro. Essa previsão foi o motivo da oposição de Enomau ao casamento da filha Hipodâmia com qualquer pretendente. Para inibir qualquer possibilidade de um eventual matrimônio, o rei resolveu realizar uma prova de corrida de carros, durante a qual ele tentava acertar os concorrentes com uma lança. No decorrer da

corrida, um a um dos pretendentes foram caindo mortos, exceto Pélope que havia subornado o cocheiro real, para que sabotasse o carro do rei, provocando um acidente que veio resultar em sua morte. Como forma de agradecimento à vitória conquistada, Pélope organizou festejos que incluíssem a participação das pessoas. Com a intenção que essas pessoas tivessem a mesma sensação de vitória, ele instituiu jogos.

Se com Pélope ou com Hércules, o fato é que o início dos jogos está relacionado a essa família. A narrativa nos mostra que a vitória não depende exclusivamente de força física, mas inclui também a sagacidade de saber contornar obstáculos, de forma lícita ou não.

Haiganuch Sarian encontra a confirmação dessa relação entre as competições e os ritos fúnebres e também entre as competições fúnebres e os jogos olímpicos.

Com base na narrativa de Hércules e seu avô Pélope, o Templo de Olímpia é reconhecido em todas as partes como o centro religioso-esportivo por excelência, originando dessa forma a designação de Jogos Olímpicos.

O que podemos inferir da narrativa acima é a relação entre o sentimento de perda de um ente querido e a necessidade de homenagear os seus feitos. Essa homenagem inclui a participação dos cidadãos por meio de competições que lembrem os feitos do morto, confirmando dessa forma o ciclo da vida, ou seja, a vitalidade da cidade por meio das realizações dos seus membros.

O fenômeno da morte, independente das concepções adotadas pelas pessoas, desperta um sentimento de perda e desencadeia toda sorte de tristeza, resultado da ausência da pessoa do convívio familiar e social. Além disso, a possibilidade de prolongamento da vida psíquica em outro lugar desperta incerteza e temor quanto ao tipo de vida que influenciaria o julgamento dos deuses no Hades.

No decorrer de toda a defesa que Sócrates empreendeu diante do tribunal ateniense ele destaca sua confiança na existência dos deuses e na possibilidade deles influenciarem de alguma forma a vida dos homens.

Em um primeiro momento parece incoerente que um homem que propague publicamente sua confiança nos deuses seja acusado de impiedade. No entanto, é justamente essa crença que conduz Sócrates aos tribunais sob a acusação de impiedade e de introduzir novos deuses.

Na história do pensamento filosófico, Sócrates é considerado um divisor de águas, pois direcionou as investigações de cunho cosmológico dos primeiros pensadores para as questões propriamente antropológicas, em que o homem aparece como centro

irradiador das reflexões sociais, ético-políticas, religiosas e epistemológicas. Infelizmente, Sócrates ou não escreveu ou se escreveu não chegou até nós nenhum dos seus escritos. A alternativa para investigar o seu pensamento é através dos seus discípulos e contemporâneos.

Em quase todos os diálogos de Platão Sócrates aparece como principal interlocutor. A escolha não é casual, posto que Platão, ao homenagear o seu mestre, aproveita para expor algumas de suas teorias e concepções acerca do homem e de sua forma de ser e viver.

## Capítulo II - Apologia de Sócrates: dois autores e duas versões

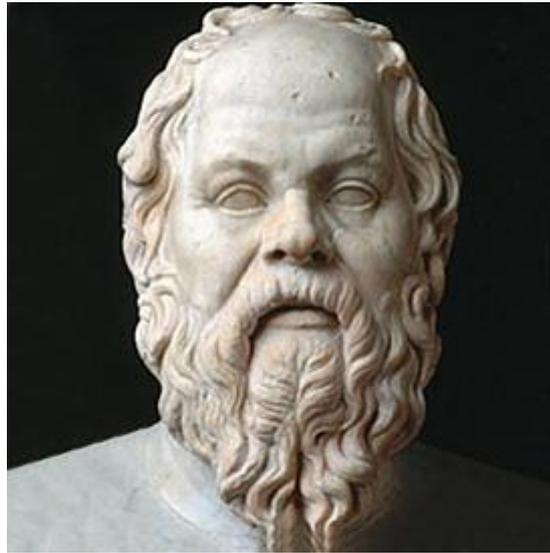


Fig. O2: Sócrates.

Fonte: Disponível: [pelasbarbasdeneptuno.blogspot.com/2011/05/bri](http://pelasbarbasdeneptuno.blogspot.com/2011/05/bri).

Alguns autores delinearão o retrato filosófico de Sócrates, e dentre eles os mais difundidos são Platão e Xenofonte. Quanto à questão da veracidade dos depoimentos, observamos algumas divergências, sobretudo no que se refere aos argumentos de acusação e defesa.

Alguns autores acreditam que Xenofonte concede autenticidade à doutrina socrática, enquanto outros discordam e alegam que, mesmo que ele quisesse elaborar uma obra historiográfica, não teria conhecimentos para tal finalidade.

Ao contrário de Xenofonte, Platão conviveu com Sócrates durante cerca de oito anos e nunca o citou em nenhuma obra, possivelmente porque não o considerasse um socrático. Alguns comentadores informavam que Xenofonte conviveu cerca de três anos com o mestre. Um dos discípulos do mestre que ele cita é Platão nas **Memoráveis**.

Existem algumas diferenças claras entre as duas Apologias, dentre elas constam a ordem de formulação do texto de acusação, o papel atribuído ao *daimonion*, a contraproposta à pena de morte, as razões de Sócrates e as profecias finais a que alude Xenofonte. Algumas dessas divergências ocorrem também pelo fato de que Xenofonte não estava presente durante o julgamento do seu mestre. Todas as informações fornecidas por ele, em suas obras, foram transmitidas pelo seu amigo Hermógenes, filho de Hipônimo, ou seja, são informações em segunda mão.

O julgamento de Sócrates pode ser dividido em cinco partes: acusação, julgamento, sentença, condenação e espera da execução. Essas partes são contempladas nos diálogos de Platão e Xenofonte. Os dois pensadores retratam os passos que conduziram ao julgamento, fazendo uma abordagem geral de como Sócrates se comportou e o que falou diante dos juízes gregos para se defender das acusações impetradas contra ele.

Em alguns de seus diálogos Platão estende sua abordagem ao período subsequente ao julgamento e à condenação de Sócrates. Por exemplo, os diálogos **Críton** e **Fédon** expõem o período do pensador na prisão, aguardando a execução de sua condenação por meio de um veneno chamado cicuta. As reflexões socráticas concentram-se em torno das concepções gregas acerca da morte, suas manifestações práticas e possíveis implicações. Os dois diálogos mostram a postura ética de um cidadão, mesmo diante de uma grave injustiça sofrida pela justiça humana.

## 1. Defesa de Sócrates na visão platônica

As obras de Platão que chegaram até os nossos dias estão sob a forma de discursos indiretos, dramatizados por diferentes personagens em algumas situações da vida grega, seja ela social, política, religiosa, filosófica, etc. Platão também nos legou algumas cartas, enfatizando diversos temas. Dentre os personagens utilizados por Platão, Sócrates consta como principal protagonista, investigando opiniões e argumentos, contrapondo concepções pré-estabelecidas e forçando seus interlocutores a pensar e rever seus conhecimentos sobre determinados assuntos.

Na **Defesa de Sócrates** encontramos o filósofo no tribunal de Atenas, realizando sua própria defesa em meio a graves acusações, inclusive impiedade. O diálogo pode ser compreendido em três partes, conforme sequência de ações exigidas em um processo de defesa: (a) prólogo; (b) acusações formais e argumentos de defesa; e (c) sentença e palavras finais.

No prólogo de sua **Defesa**, Sócrates enfatiza a necessidade de falar *toda a verdade*, uma vez que conhece a força das palavras seja para acusar ou defender alguém, obscurecer a verdade ou distorcer os fatos. No tocante às acusações recebidas, Sócrates destaca a dificuldade em se defender tanto dos acusadores antigos, que por muitos anos ergueram uma imagem distorcida do seu pensamento, como dos recentes, que o levaram ao tribunal com o firme propósito de condená-lo a morte.

No decorrer do diálogo observamos vários tipos de acusações atribuídas a Sócrates. Dentre as antigas, o filósofo destaca a atribuição de pesquisar “indiscretamente” as coisas terrenas e celestes, fazendo prevalecer nos homens a razão mais fraca (19b-c). Entre as recentes estão as aceitas pelo tribunal e que merecem maior consideração por parte de Sócrates, uma vez que podem conduzir à sentença solicitada pelos seus acusadores: a morte. Essas acusações constituem o núcleo central da defesa, pois requerem argumentos direcionados à sua desarticulação. Podemos destacar basicamente três acusações formais: a de corromper a juventude com seus ensinamentos; de não crer nos deuses oficiais da cidade; e de crer em outras divindades novas.

Para cada acusação, o filósofo formulou argumentos específicos, com a finalidade precípua de elucidar todos os aspectos salientados e insinuados pelos seus acusadores Meleto, Ânito e Licon. Quanto à acusação antiga de que Sócrates pesquisava temas relacionados à natureza em geral, incluindo a terra e o céu, o filósofo observa que os livros sobre esse tema poderiam ser adquirido por apenas três dracmas, valor considerado baixo para a época. Devido ao preço acessível, qualquer cidadão poderia adquirir a obra de Anaxágoras, estudá-la e discuti-la com seus concidadãos.

Se teoricamente o tema já era de domínio público, qual o motivo de ser incluído entre as acusações atribuídas a Sócrates? O fato do réu mencionar essa acusação no prólogo, indica algumas coisas: primeiro, o fato de Anaxágoras também ter sido acusado de impiedade; segundo, a possível associação da investigação de coisas sob a terra com alguma nova divindade; terceiro, uma espécie de investigação que extrapolava o convencional; quarto, a instituição de uma forma de pensar que conduziria os jovens a alguma maneira de desagregação do valores instituídos.

Outro aspecto ressaltado pelo réu refere-se à associação do seu nome com a prática sofística. Um dos responsáveis pela propagação dessa fama indevida é nomeado pelo filósofo como sendo o comediógrafo Aristófanes, que na peça **As Nuvens** retrata um Sócrates que investiga coisas fúteis e que devaneia sobre temas relacionados ao céu e a terra, mas sem nenhuma fundamentação teórica. Esse pretense Sócrates, associado com alguns charlatões e retóricos mal vistos da época, incentivaria alguns jovens a desrespeitarem os próprios pais e a praticarem atos contrários aos preceitos sociais. Pelas palavras do réu no prólogo, essa má fama, propagada ao longo dos anos, poderia influenciar direta ou indiretamente o julgamento dos juízes. Por isso, a necessidade de esclarecer qual era a sua verdadeira ocupação ao conversar com os jovens: educá-los na prática da virtude.

A possível associação de Sócrates com alguns sofistas explicaria o motivo da expressão “indiscretamente” atribuída à investigação das coisas terrestres e celestes. A investigação da natureza, iniciada pelos primeiros pensadores gregos, não constituía propriamente nenhuma forma de impiedade. O que os acusadores atribuíam ao filósofo seria uma investigação que extrapolava o âmbito da natureza física e que adentrava no campo do divino ou qualquer outro tema de cunho subversivo. Os seus acusadores pretendiam mostrar que por trás das atividades de Sócrates haveria uma intenção de deturpar ou mesmo negar os preceitos instituídos pela religiosidade olímpica. Esse aspecto fica claro quando o réu enfatiza que ele acredita nos deuses e em tudo o que se relaciona com eles, inclusive que tudo o que ele fazia constituía uma missão divina, depreendida da visita de Querefonte ao templo de Delfos.

No tempo de Sócrates, Atenas vivenciava períodos conturbados com inúmeras calúnias, acusações, julgamentos e condenações. Dentre elas consta a acusação de impiedade do filósofo Anaxágoras, em 432 a. C.

Nesse período de instabilidade político-social e ético-religiosa, em que os pais ao mesmo tempo em que pensavam na melhor educação para os seus filhos, eles se preocupavam em prepará-los para enfrentar as possíveis calúnias ou qualquer outro mal da época. Esse aspecto é importante porque possibilita compreender a razão de Sócrates diferenciar os dois tipos de educação constatados em Atenas: a relacionada ao ensino da verdadeira virtude e a de uma aparente virtude.

A diferença entre essas duas formas de educação é salientada quando Sócrates indaga a Cálias: “Quem é mestre nas qualidades de homem e de cidadão?” (20b). Como pai preocupado com a educação de seus filhos, Cálias indica Eveno como um mestre que cobra cinco minas para preparar os jovens para o exercício da cidadania.

O comentário de Sócrates sobre a resposta de Cálias nos fornece elementos para compreender a educação como um investimento necessário para uma boa vida. A pretensa inveja do filósofo quanto ao valor recebido por Eveno para educar os filhos de Cálias constitui um exemplo da famosa ironia socrática. Isso porque ele deixa entrever a diferença entre o ensino com “ciência” e com aparente conhecimento. Se ele possuísse a “ciência” que possibilitasse aos jovens a prática da cidadania com virtude, ele poderia se orgulhar de ser considerado um mestre, ou seja, um homem sábio. Como em seguida ele lamenta não possuir esse tipo de saber, percebemos que Sócrates não apenas diferencia o mestre que possui conhecimento do que aparenta possuir, mas também que ele não se identifica com o saber apresentado por Eveno.

O efeito da educação aparente, do tipo proposto por Eveno, poderia ser constatado na prática de alguns jovens que desejavam obter benefícios financeiros e reconhecimento público, utilizando subterfúgios contrários aos preceitos político-sociais e ético-religiosos.

Para Sócrates, a verdadeira educação seria a baseada no ensino da virtude que preparava tanto para o exercício da cidadania político-social (presente), quanto para o exercício da cidadania político-religiosa, que incluía a preocupação com o corpo e com a alma (presente e pós-morte).

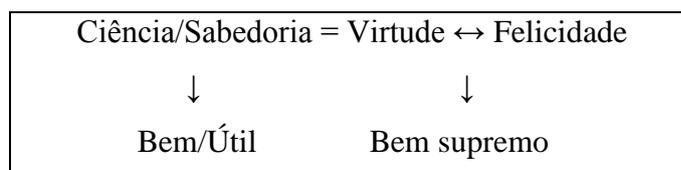
Enquanto a educação dos sofistas procurava ensinar as técnicas necessárias ao desempenho aparentemente satisfatório das atividades político-sociais, a de Sócrates procurava mostrar aos jovens a insuficiência de seus conhecimentos e a necessidade de receber uma formação sólida, capaz de enfrentar todas as situações públicas e privadas.

A instrução técnica dos sofistas, recorrendo a todos os meios para atingir determinados fins, poderia com o tempo destruir a confiança que a juventude tinha nos preceitos oriundos dos deuses olímpicos. Por sua vez, a educação proposta por Sócrates era calcada nos preceitos religiosos que incluíam a preocupação com o destino da alma após o apartamento do corpo. Esse tipo de educação não apenas reconhecia a existência do divino, como conjecturava a possibilidade de um lugar em que as almas seriam julgadas pelas decisões e ações praticadas durante a existência terrestre.

Por isso, o princípio básico da educação socrática consistia na preparação dos jovens para uma vida fundamentada no conhecimento e prática da virtude, dentre elas a prática da justiça para com os homens e os deuses. Ser justo significava agir com sabedoria e prudência em todos os assuntos: humano e divino.

Para Sócrates, a “ciência” constituiria o *conhecimento* que conduziria a *sabedoria* enquanto *virtude*. Somente através desse tipo de sabedoria-virtude o homem alcançaria a condição de felicidade almejada por todos os homens.

O esquema abaixo ilustra o tipo de educação pretendida e ensinada pelo filósofo na cidade de Atenas:



A equação acima ilustra como Sócrates relacionava a sabedoria com a virtude e com o bem, e como associava esse bem com a prática da virtude que conduziria a felicidade, mesmo após a morte.

No entanto, as palavras e atitudes de Sócrates no tribunal deixam entrever diferenças entre a prática da virtude relacionada ao bem social e a prática da virtude relacionada ao bem social-divino. Na primeira relação, a virtude não significaria necessariamente um bem calcado nos princípios divinos, podendo ser confundida com a utilidade na solução de determinadas dificuldades ou problemas. Nesse sentido, a prática da virtude poderia ser utilizada como estratégia para atingir determinados objetivos pessoais ou públicos.

Pelas palavras de Sócrates proferidas aos juízes que participaram do seu julgamento, podemos depreender a diferença entre dois tipos de juízes: os que prestaram atenção em sua defesa e procuraram diferenciar a aparência da verdade e os que julgaram influenciados pelas calúnias antigas, sem diferenciar os argumentos plausíveis dos distorcidos pelos belos discursos. O primeiro tipo de juízes caracteriza um julgamento baseado na prática da virtude-justiça, intermediada pelas virtudes da sabedoria e da prudência, indispensáveis a um julgamento justo.

No prólogo, Sócrates sinalizou a possibilidade de alguns juízes serem influenciados pelos discursos floridos que poderiam obscurecer a veracidade dos fatos. Depois da sentença proferida, o acusado fez a seguinte observação quanto à função dos verdadeiros juízes no julgamento de um réu:

O juiz não toma assento para dispensar o favor da justiça, mas para julgar; ele não jurou favorecer a quem bem lhe pareça, mas julgar segundo as leis. Nós não vos devemos habituar ao perjúrio, nem vós deveis contrair esse vício; seria impiedade nossa e vossa. (PLATÃO, **Defesa de Sócrates**, 35c).

A possibilidade dos juízes serem influenciados tornou-se realidade quando o filósofo expõe que não foi condenado pela falta de argumentos de defesa, mas pela falta de “*atrevidimento e descaro*” em utilizar meios que considerava indignos de um homem virtuoso (38d). Isso significa que mesmo diante da iminência de ser condenado à morte, Sócrates não recorreu a expedientes injustos para impressionar os juízes. A atitude do mesmo não parece constituir uma intransigência, mas uma persistência em valores respaldados na prática da virtude, independente de suas conseqüências. Sócrates expõe que em determinados momentos críticos, alguns homens com medo da morte, utilizam subterfúgios para fugir dos seus perseguidores. Sobre esse tema ele comenta o seguinte:

“[...] em cada perigo, tem muitos outros meios de escapar à morte quem ousar tudo fazer e dizer”. (PLATÃO, 39a).

Pelas palavras de Sócrates no tribunal, podemos perceber uma significativa diferença entre a concepção adotada pela maioria das pessoas e a dotada pelo mesmo nos seus setenta anos de convívio com a sociedade ateniense. Em sua concepção, as pessoas deveriam agir corretamente em todas as circunstâncias da vida, mesmo diante da morte. Somente por meio do conhecimento e prática da virtude os homens alcançariam a almejada felicidade.

Para Sócrates, ser virtuoso significa pensar e agir de forma sábia, justa e moderada. Ele tinha fé na crença de que a conduta virtuosa e verdadeira durante a sua vida lhe concederia a paz necessária e a credibilidade moral para ser recepcionado pelos deuses. Em sua defesa, o filósofo é fiel às suas convicções e não admite renunciar ao que professou e ensinou durante toda a sua vida. Ele reconhece que é melhor morrer justamente a fugir da morte de forma injusta.

Após a sua condenação, Sócrates pede que os seus filhos sejam educados na prática da virtude. Em seu pedido, destaca a necessidade deles serem castigados quando dedicassem mais cuidado ao corpo e as riquezas do que a alma e a virtude.

No decorrer de toda a sua defesa, Sócrates alegou não temer a morte, argumentando não saber se esta seria um bem ou um mal. No entanto, uma coisa ele tinha certeza, que tinha conduzido sua vida de acordo com os preceitos divinos, não merecendo nenhuma forma de represália por parte dos deuses. Por isso, ele enfrentou a iminência da morte com a mesma dignidade com que enfrentou as dificuldades da vida. Para o filósofo, mais valia morrer honrado do que viver sem dignidade.

Pela atitude de Sócrates no tribunal podemos depreender o que incomodava alguns atenienses, sua atitude filosófica e política que não admitia nenhuma ação contrária aos preceitos virtuosos. A atitude do filósofo não muda diante da ameaça de morte, continuando a denunciar indiretamente a atitude daqueles que recorriam a todo tipo de expediente para vencerem os obstáculos da vida, independente das consequências políticas ou político-religiosas.

Para o filósofo, a vida dos homens não poderia desconsiderar os preceitos divinos. Por meio da sabedoria o homem compreenderia que a verdadeira virtude reside na alma e é ela que faz a ligação com o divino.

A virtude da sabedoria pressupõe humildade no reconhecimento dos seus limites, sobretudo teóricos e práticos. Não seria a quantidade de informações e

conhecimentos que garantiria uma vida melhor, mas sim o saber que ajuda a entender e resolver as dificuldades da vida. Para o pensador, o maior obstáculo para alcançar a sabedoria seria a arrogância de um pretensão saber meramente para atingir determinados fins. Por isso, ele interrogava os seus interlocutores a respeito de coisas que, por hipótese, eles deveriam saber. Ao interrogá-los, verificou que muitos não sabiam o que julgavam saber, e pior ainda, desconheciam que não sabiam, o que ele considerava extremamente grave.

Em uma coisa Sócrates achava que era mais sábio do que seus interlocutores, ele pelo menos admitia que nada sabia e que precisava suprir sua deficiência com mais conhecimentos. Para ele, era mais importante utilizar de forma apropriada e coerente o conhecimento do que propagar um saber destituído de conteúdo teórico. Nisso residiria a diferença entre saber e ignorar que sabe algo. Em suas conversas Sócrates desenvolveu alguns métodos para que as pessoas pudessem conduzir as coisas de forma sábia e justa. A primeira coisa que elas teriam que fazer era reconhecer que a educação e a formação para a vida não terminava com as instruções dos mestres, mas que continuava por toda sua existência.

Pelas conversas do filósofo nos diálogos de Platão, podemos perceber como ele procedia na tentativa de fazer com que seus interlocutores reconhecessem a necessidade de um verdadeiro saber. Como as pessoas espontaneamente não gostam de admitir a si mesmas ou aos outros que não sabem o suficiente das coisas, os passos utilizados por Sócrates, lapidados por uma ironia sofisticada, forçam uma gradual admissão da necessidade de suprir a deficiência de algum conhecimento. Os passos utilizados pelo filósofo podem ser distinguidos da seguinte forma:

- a) Necessidade de reconhecer a ignorância em alguma área do saber;
- b) Exigência de depurar o pretensão conhecimento existente para verificar o nível de ignorância;
- c) Necessidade de reconhecer a insuficiência de algo e a precisão de buscar o verdadeiro conhecimento;
- d) Exigência de um saber que investigue contínua e persistentemente as coisas sob diversos ângulos;
- e) Necessidade de incorporar a frase délfica “Conhece-te a ti mesmo”.

Na concepção socrática, a sabedoria não apenas acrescenta algo, ela modifica o ser humano e até mesmo purificar a sua alma. Dessa forma, os objetivos desejados seriam alcançados de forma efetiva, sem nenhum subterfúgio.

Para Sócrates, a Filosofia significa a busca constante pelo saber. Por isso, toda a sua vida girou em torno da busca pelo conhecimento interior que faz com que o homem conheça a si mesmo. Em sua visão de educação, a aprendizagem consiste em despertar os conhecimentos que o homem possui e utilizá-los de forma significativa. Isso pressupõe conhecer o conceito de cada coisa, na sua essência, esta é a principal característica do método maiêutico (do grego *maieutikós* = relativos aos partos).

A aplicação do método maiêutico baseado na ironia consiste em extrair paulatinamente a verdade, pela elaboração de um conceito aceitável. Dessa forma, Sócrates transportou para o campo da filosofia o exemplo de sua mãe, que era parteira. Tal como ela ajudava a trazer crianças ao mundo, ele conduzia as pessoas a encontrar o caminho para as ideias verdadeiras, por meio da necessidade constante de conhecer.

Um dos principais aspectos da filosofia socrática é a admissão da imortalidade da alma e a possibilidade de uma existência psíquica, mesmo após a morte física. Sendo assim, o filósofo admite tanto conhecimento empírico e intelectual (corpo-alma) quanto só o intelecto (alma).

Talvez a tranquilidade demonstrada pelo réu durante todo o julgamento e enquanto aguardava na prisão a sua execução esteja relacionada com a certeza que a vida não termina com a morte física. Acresce a isso a confiança na existência do divino e na possibilidade de alguma forma de comunicação entre eles.

Uma das principais acusações impetradas contra Sócrates era a de impiedade. Em sua defesa, ele procura elucidar o possível significado atribuído pelos seus acusados ao termo impiedade. O seu questionamento procura esclarecer o que está por trás desta acusação, uma vez que ele sempre propagou sua piedade com relação aos deuses gregos. Se ele não era de fato impiedoso, qual era o motivo da acusação? A resposta pode ser encontrada no seguinte questionamento que ele formula a Meleto:

[...] Então, Meleto por esses mesmos deuses de que estamos tratando, expõe com mais clareza teu pensamento, a mim e a estes senhores aqui presentes. Pois não chego a compreender se afirmas que eu ensino a acreditar em alguns deuses – do que se concluiria, afinal, que acredito na existência dos deuses e não sou absolutamente ateu nem criminoso dessa espécie, com a diferença de não acreditar nos deuses admitidos pela cidade, porém noutros, sendo esse o fundamento de tua queixa. [...]. (PLATÃO. **Defesa de Sócrates**, 26 b-c).

As palavras do réu revelam alguns aspectos não elucidados na acusação de impiedade: (a) a diferença entre acreditar na existência em todos os deuses ou em alguns sim e em outros não; (b) a distinção entre não acreditar nos deuses da cidade, mas sim em outros deuses; (c) a distinção entre não acreditar nos deuses do panteão grego, mas em divindades desconhecidas.

A resposta a opção (a) é encontrada, em 35d, quando o réu reitera a sua crença nos deuses gregos: “[...] a verdade, atenienses, é que eu creio neles”. A partir dessa resposta, podemos inferir que dentre esses deuses estão incluídos os deuses cultuados em Atenas (opção b). Se Sócrates admite sua crença nos deuses, o problema reside na possibilidade de acreditar também em divindades novas contrárias aos preceitos da religiosidade olímpica. Com isso, ele esclarece a relação que os seus acusadores estabeleceram entre a impiedade e a introdução de novos deuses.

Em vários momentos de sua defesa, Sócrates afirma sua crença nos deuses e na sua relação com as divindades por meio dos “demônios” (*daimones*). No decorrer da **Apologia**, o filósofo expõe como os gregos concebem os “demônios”:

[...] E os demônios, não os concebemos como sendo deuses ou filho dos deuses? Que dizes a isso: sim ou não? – De acordo. – Por conseguinte, se eu acredito em demônios, como declaras, e os demônios, por sua vez, são uma espécie de deuses: daí haver eu dito que estavas gracejando ou propunhas enigmas, ao afirmares que não acredito nos deuses e, logo a seguir, que acredito neles, visto acreditar em demônios. Ora, se os demônios são filhos bastardos dos deuses, conforme dizem, nascidos de ninfas ou de outras mães: quem poderá admitir que existem filhos de deuses, porém que não há deuses? Seria tão absurdo como acreditar alguém na existência de filhos de cavalos e de jumentas, porém não na de cavalos e jumentas. [...]. (PLATÃO. **Defesa de Sócrates**, 27 d-e).

Na concepção exposta pelo réu, os “demônios” seriam considerados deuses ou mesmo filhos dos deuses. Conforme o argumento de Sócrates, se os “demônios” são filhos dos deuses, mesmo que sejam bastardos, eles compartilham de alguma forma da divindade de seus pais. Como o filósofo reitera a sua crença nos “demônios”, ele não pode ser acusado de não acreditar nos deuses.

A possibilidade de Meleto está gracejando com os juízes constituiria uma grave falta, posto que se ele não conseguisse comprovar a veracidade de suas acusações, ele seria obrigado, conforme as leis atenienses, a pagar multa e ainda cairia no descrédito de seus concidadãos. Quanto à possibilidade de um enigma, em que Sócrates acreditaria e não acreditaria nos deuses, há alguns aspectos importantes a considerar, sobretudo no que se refere à introdução de uma significação diferenciada da concepção de “demônios”.

No **Banquete** (202e), Eros é considerado um “*grande demônio*”, “*elo intermediário entre os deuses e os mortais*”. Pelas duas concepções encontradas na **Defesa de Sócrates** e no **Banquete** podemos perceber que os gregos consideravam os “demônios” como divindades que possibilitavam alguma forma de comunicação entre os homens e os deuses.

Conforme Isidro Pereira (1990, p. 118), termo grego *daímon* apresenta vários significados, tais como: “*deus, deusa, poder divino/ destino, sorte/ às vezes, boa sorte, felicidade, gênio que acompanha um homem a uma cidade*”. O mesmo autor nos informa que o significado de “*mau espírito, demônio*” é introduzido posteriormente entre os gregos.

Seguindo a concepção encontrada no **Banquete**, o “demônio” seria um elo entre os deuses e os homens, o que significaria alguma comunicação entre o saber divino e a procura dos homens em conhecer as coisas, mesmo as divinas. Os gregos procuraram decifrar as coisas que despertavam o seu interesse, foi esse interesse que conduziu ao despertar do pensamento filosófico na Grécia antiga.

O argumento de Sócrates quanto a origem dos “demônios” visava mostrar aos juízes que ele não era ímpio e que não desrespeitava os preceitos oriundos da religiosidade grega. No entanto, ainda persistia a possibilidade de ele instituir uma outra forma de comunicação com o divino por meio do seu “demônio”.

No tribunal Sócrates menciona a forma como o “demônio” ou “gênio” o alertava todas as vezes em que ia realizar ou dizer alguma coisa que o prejudicasse. Expõe que se o “demônio” não se manifestou durante todo o julgamento, não o alertando sobre o estilo de defesa utilizado, era porque o resultado de seu julgamento não constituiria nenhum mau a ele, mesmo que fosse ele condenado a morte.

Se o “demônio” ou “gênio” atuava somente de forma impeditiva, deixando que o próprio Sócrates decidisse o que julgava ser o melhor para ele, a responsabilidade pelas suas escolhas e decisões não poderiam ser atribuídas ao seu “demônio” ou “gênio”, mas sempre ao próprio Sócrates.

Em sua defesa, Sócrates decidiu utilizar argumentos coerentes com o seu estilo, não apelando para nenhum subterfúgio que obscurecesse a veracidade dos fatos de sua vida. Em sua opinião, ele não foi condenado pela falta de argumentos, mas por sentimentos e ações que causam e ainda causarão a ruína de muitos homens:

[...] Isso é que me condenará, se eu tiver de ser condenado; não Meleto nem Ânito, porém a calúnia e a inveja das multidões, que já causaram a ruína de muitos homens de bem e que ainda hão de causar a de muitos outros, pois é

pouco provável que venham a parar em mim. (PLATÃO. **Defesa de Sócrates**, 28a-b).

Conforme as leis atenienses, mesmo após a sentença ainda haveria a possibilidade de o condenado escolher uma pena alternativa. Como o filósofo não se considerava culpado de nenhuma falta, ele propõe receber a recompensa destinada aos benfeitores da cidade: ser alimentado no Pritaneu as expensas da cidade de Atenas. Se Sócrates sabia que poderia ser condenado à morte, qual o motivo de propor uma pena destinada aos benfeitores da cidade? Talvez porque sua confiança na justiça divina fosse maior do que a humana e ele acreditasse que os deuses saberiam julgar melhor o caráter e as ações de um homem virtuoso.

Após a confirmação de sua sentença de morte, Sócrates reage de uma forma diferenciada de seus amigos e de sua esposa que demonstraram pavor diante de sua morte iminente. Ele recebeu a notícia com tranquilidade, procurando confortar os seus amigos quanto à finalidade da vida de um homem virtuoso, mesmo diante da morte. A mesma tranquilidade se manteve enquanto ele aguardava a execução de sua sentença na prisão. Ele conversava com os seus discípulos a respeito do destino das almas após a separação do corpo. É nesse período que Sócrates realiza uma das mais belas discussões acerca da morte e das suas possíveis implicações no Hades. No diálogo **Fédon** Platão expõe como Sócrates investiga a problemática da morte, seja a luz da tradição religiosa, seja a luz da lógica filosófica de alguém que se encontra no limiar de um desfecho inevitável e que não pode postergar a presença de algo próprio da existência humana, a morte.

Sua confiança na imortalidade da alma se confirma quando ele explica aos seus amigos e discípulos que quando eles descessem o seu corpo na sepultura, eles estariam enterrando apenas o seu corpo, não a sua alma.

No final da **Defesa de Sócrates** o pensador expõe algumas possibilidades quanto ao significado da morte e do provável destino de sua alma. Ele expõe o motivo de não temer a morte como a maioria dos homens e também porque acredita que sua morte constitui um bem. Ele propõe aos presentes duas alternativas para o significado de morrer: “[...] *ou quem morre nada é e carece da menor sensação seja do que for, ou então, como se diz, é uma mudança e a passagem da alma deste lugar para outro*”. (PLATÃO, **Defesa de Sócrates**, 40c).

Quanto a possibilidade da morte como “*privação total da sensação*”, comparável a um “sono tranqüilo” (40d) sem nenhuma perturbação, nem mesmo pelos sonhos, Sócrates diz que a morte seria um grande bem devido a ausência de sofrimento.

Em sua exposição compara a vida com a sucessão de dias e noites, alguns dias bons e tranquilos outros maus e cheios de sofrimentos, algumas noites tranquilas e outras perturbadas por preocupações e aflições. Nessa alternância de perturbações e tranquilidades, uma noite de sono tranquilo seria melhor do que várias noites cheias de aflições. Por isso, considera que se a morte significar a “*privação total da sensação*”, sobretudo a de sofrimentos e perturbações, ele considera que a sua condenação a morte representa um grande bem, porque ele estaria livre da roda dos sofrimentos humanos.

Talvez a comparação da morte com o sono seja inspirado na **Teogonia** de Hesíodo. Conforme o poeta, a “Morte” (Thánatos) e o “Sono” (Hýpnos) possuiriam um estreito vínculo, uma vez que eram filhos da Noite. Enquanto Hýpnos seria bem visto pelos homens, seu irmão Thánatos seria odiado tanto pelos homens quanto pelos deuses:

Aí os filhos da Noite sombria têm morada, Sono e Morte, terríveis Deuses, nunca o Sol fulgente olha-os com seus raios ao subir ao céu nem ao descer o céu. Um deles (Sono), tranquilo e doce aos homens, percorre a terra e o largo dorso do mar, o outro (Morte), de coração de ferro e alma de bronze não piedoso no peito, retém quem dos homens agarra, odioso até aos Deuses imortais. (HESÍODO. **Teogonia**. 759-766).

A descrição de Hesíodo de Thánatos como uma divindade de “coração de ferro”, responsável pela cessação da vida dos homens, mostra o quanto os gregos tinham consciência de sua finitude. Para eles, a Morte não era somente uma condição humana, era também uma divindade poderosa que poderia interferir nos planos dos homens e dos outros deuses.

Como filho da Noite, Thánatos estaria associado com a escuridão, ao que estava obscurecido pela ausência de visibilidade. Para os homens, a morte não poderia ser ignorada, uma vez que seria uma constante na vida de todos os homens. No entanto, os homens não sabiam realmente o que significava a morte e qual o destino das almas após a separação do corpo.

Quanto a hipótese da morte significar uma mudança da alma para outro lugar, Sócrates expõe as vantagens de um possível encontro com todos os homens que morreram. Se essa possibilidade fosse viável, Sócrates consideraria um grande bem a sua morte, pois ele poderia encontrar e conversar com os grandes homens da história grega, tanto personagens míticos quanto heróis e juízes verdadeiros. “*Quanto não daria cada um de vós para poder estar com Orfeu, Museu, Hesíodo e Homero? Pela minha parte, se é isto*

*verdade, não me importaria de morrer muitas vezes.”* (PLATÃO. **Defesa de Sócrates**, 41 a-b).

### **Críton: cumprimento dos deveres mesmo na iminência da morte?**

O diálogo **Críton** aborda o período após a condenação de Sócrates à morte pelo tribunal ateniense. Todo o diálogo se desenrola durante o mês em que Sócrates permanece preso, aguardando a execução de sua sentença. Esta não ocorreu imediatamente porque conforme tradição da cidade, nenhuma execução poderia ocorrer enquanto o navio enviado a Delos não retornasse a Atenas. A observância a essa proibição constituía uma obrigação política e religiosa, porque representava os festejos relativos à vitória de Teseu sob o Minotauro. Se a cidade não obedecesse a essa proibição poderia atrair má sorte à cidade e aos seus habitantes.

O **Críton** ilustra como alguém pode justificar uma decisão, dependendo de sua prática ético-religiosa e política. No diálogo, Sócrates sabe que o princípio ético que professa e adota - nunca se deve agir injustamente, nunca se deve fazer mal aos outros, nem mesmo como forma de pagamento do mal que nos é feito - não é compreendido e aceito pela maioria dos atenienses. Segundo o seu princípio, fugir da prisão não seria um ato de correção da injustiça cometida, mas um ato de injustiça, contrário ao preceito adotado pelo poder deliberativo das leis da cidade. Assim, para não desrespeitar o poder emanado pelas leis instituídas pelos atenienses, Sócrates prefere sofrer uma injustiça a praticar uma injustiça em nome da justiça.

Se o filósofo é corretamente visto como o patrono da filosofia ética, isso não se deve somente ao fato de ele insistir na necessidade de uma reflexão crítica sobre o que se deve fazer e desenvolver essa reflexão numa argumentação cuidadosa. No **Críton**, o filósofo demonstra também uma confiança incondicional na razão que o guia, enfrentando calmamente a morte, em harmonia com os princípios pelos quais viveu.

No diálogo, os temas sobre a prática da justiça e da sensatez são bastante difundidos. O filósofo demonstra sua sensatez quando reitera a Críton que os princípios que afirmou a vida inteira não podem ser negados somente porque se encontra à beira da morte. No decorrer do diálogo, a sensatez socrática aparece entrelaçada na discussão acerca da virtude da justiça.

É verdade que, para que se concretize o ideal socrático de dar a cada um o que é seu, deve-se ter por base um critério. Esse critério, cujo respeito se impõe a todos, não é outro senão àquele estabelecido pelas leis gregas. Sócrates afirmava que se devia sempre se pautar pela utilização da virtude, ainda que o homem não soubesse exatamente a sua real amplitude.

Seguindo as diretrizes da virtude, o homem deveria viver da melhor forma possível, sem se incomodar com a multidão, mas atendendo somente aos preceitos da virtude, sobretudo da sabedoria e da justiça. Sobre essa forma de viver o filósofo comenta: “*O que importa não é viver, mas viver bem. O bem, o belo e o justo são uma e a mesma coisa*”. (PLATÃO, **Criton**, 48-b).

Para Sócrates, tudo era secundário diante da perspectiva do homem praticar alguma forma de injustiça. Em sua concepção, enquanto a justiça produziria acordo e amizade entre os homens, condição necessária a convivência e a ação conjunta, a injustiça originaria ódios e contendas, responsável pela desagregação e pelos sofrimentos humanos.

Por isso, ele assumiu o compromisso de viver como um cidadão justo e virtuoso, observador dos preceitos éticos. O filósofo acreditava existir dois tipos de homem, o que é justo e o que aparenta ser justo.

Críton, ao fazer planos de fuga da prisão, se mostra aparentemente justo. A atitude de Críton demonstra sua pretensão de burlar as leis da cidade em prol de um amigo. Sócrates recusa a proposta do amigo e resolve obedecer as determinações das leis da cidade, mesmo que essa decisão o levasse à morte. Sua concepção de justiça, ele extrapola os limites da ação dos juízes e adentra em uma concepção ética pautada em preceitos religiosos. Isso pode ser constatado pela confiança de Sócrates na ação do “demônio” (*daímon*) nos momentos decisivos de sua vida.

## 2. Apologia de Sócrates na visão de Xenofonte

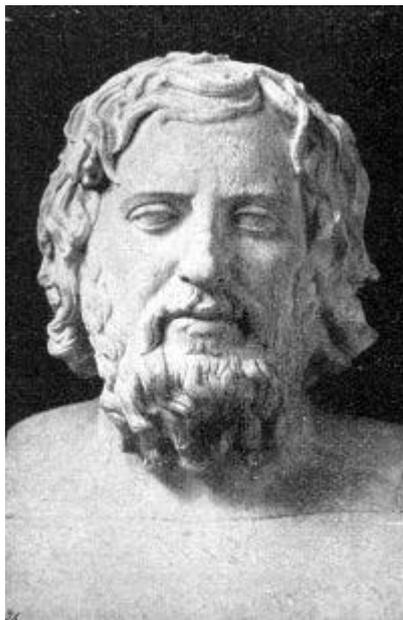


Fig. 03: Busto do historiador, discípulo de Sócrates.  
Fonte: Disponível em: [noticias.uol.com.br/.../ult1789u746.jhtm](http://noticias.uol.com.br/.../ult1789u746.jhtm)

O historiógrafo grego Xenofonte, que foi discípulo do filósofo Sócrates, pretende reconstituir o processo que, em 399 a.C., condenou à morte o seu mestre. Sabemos que Xenofonte não estava presente no julgamento de Sócrates e que todas as informações foram passadas por Hermógenes. (XENOFONTE, **Apologia de Sócrates**, Cap. I, 2).

O sistema jurídico ateniense não contemplava a figura de um advogado, sendo assim, competia ao próprio réu empreender a defesa de sua causa e aos acusadores mostrar a veracidade de suas alegações. Hermógenes narra à Xenofonte sobre a “defesa” socrática e a respeito do *daímon* que não o permitiu se ocupar dessa possível defesa, crendo ele que também o deus achava melhor a morte naquele determinado momento, acreditando Sócrates que nenhum homem usufruía uma vida melhor que a dele.

A estrutura do texto de Xenofonte se define em três partes distintas uma da outras. Na primeira parte, ele relata o objetivo da obra, a fonte de sua narração e as razões que levaram Sócrates a realizar uma defesa singular, comparável ao seu estilo de vida. Na segunda parte, ele narra a resposta socrática relacionada à acusação de ser ímpio. E na terceira, ele mostra o discurso final do seu mestre.

Além da parte narrativa de Hermógenes, Xenofonte abre aspas na **Apologia de Sócrates** e realiza uma introdução e uma conclusão dignas de um cidadão que admirava e

que tinha de fato apreendido algo com o mestre, a conduta de uma vida baseada em preceitos éticos.

Em sua obra, Xenofonte nos mostra um Sócrates que constitui um paradigma de virtude, que foi alguém que jamais abriria mão de seus princípios e seus valores pessoais, que, por ironia, estavam taxativamente implícitos nos discursos e ações do mestre, porém raramente eram explicitados. Ao deixar claro que tanto a acusação quanto a condenação de Sócrates à morte são para ele incompreensíveis, Xenofonte também deixa no ar uma enfática condenação ao sistema judiciário ateniense, que se encontrava naquele momento visivelmente falho, ineficiente e quiçá corruptível. Constatamos a ressalva socrática aos procedimentos adotados no tribunal na seguinte frase: “[...] *antes prefiro morrer a viver servilmente, mendigando o benefício de uma vida muito pior do que a morte*”. (XENOFONTE, **Apologia de Sócrates**, 9-10).

Na abordagem de Xenofonte, Sócrates é questionado sobre o estilo de sua defesa no tribunal. Em resposta, ele diz que sua defesa foi feita durante todos os dias de sua vida, ao viver sem cometer nenhuma injustiça.

Após a discussão sobre a acusação de introduzir excentricidades demoníacas, Sócrates declara que é a voz de uma “divindade” (*daimonion*) que o avisa como ele deve agir. Em sua concepção, as advertências da divindade seriam a prova de sua postura sempre justa. Ele relata que ao necessitar de uma ajuda que a sabedoria humana seria incapaz de proporcionar, ele recorria à divinação, pois somente a divindade conhecia os meios pelos quais os deuses orientavam os seres humanos no que concerne aos seus assuntos. No entanto, ele nunca se via privado dos conselhos divinos. No decorrer de sua defesa, Sócrates relata que o *daímon/daimonion* não o deixou se defender com todas as suas habilidades. Falando a respeito de si mesmo com tanta soberba diante do tribunal, Sócrates atíçou o ciúme e reforçou a disposição dos juízes em condená-lo.

Ao afirmar que nada tinha a declarar em sua defesa, pois na realidade todos conheciam a sua vida e que ele não era culpado dos atos de que os seus acusadores o responsabilizavam, Xenofonte nos mostra exatamente o perfil virtuoso do seu mestre. É claro que algumas palavras foram ditas no tribunal, mesmo que fossem para recusar a tal defesa. É com base nesse discurso que tanto Platão, que estava presente, quanto Xenofonte, que conheceu o discurso do tribunal de modo indireto, reescreveram o que, de fato, teria sido a “apologia” empreendida por Sócrates diante do tribunal ateniense.

Xenofonte acreditava que Sócrates teria sim, como muitos outros dos seus contemporâneos, uma visão crítica frente à religião tradicional, porém os testemunhos

daqueles que conviviam com ele tendem a mostrar que o mestre era um crente praticante e de maneira alguma se esquivava dos cultos prestados aos deuses da cidade. Um fato curioso é que Sócrates em nenhum momento foi acusado de ateísmo e sim de impiedade, ou seja, não está em causa que ele não acreditava nos deuses, mas que não prestava culto aos de Atenas (deuses olímpicos).

O fato é que o filósofo possuía sim uma particularidade na sua crença e que se aproximava do conceito de monoteísmo. A “divindade” (*daímon/daimonion*) que o acompanhava desde criança sob a forma de uma voz interior que se manifestava no silêncio, uma espécie de consciência crítica que o impedia de agir de modo errado, dando sinais ao seu protegido. Porém, no julgamento de Sócrates, ao analisar toda sua vida, constituída através da piedade e da justiça, a divindade, em sua “benevolência”, facultou não só o melhor momento de sua idade para morrer (a velhice), mas também uma morte menos dolorosa (um veneno rápido e indolor). (XENOFONTE, **Apologia de Sócrates**, 6-7).

Sobre os motivos porque não elaborou uma defesa rebuscada, Sócrates comenta:

Sei que também testemunharão ao meu favor quer o tempo que está por vir, quer o tempo passado, demonstrando que nunca causei mal a ninguém nem tornei nenhuma pessoa pior; antes fazia bem aos que falavam comigo, ensinando-lhes gratuitamente tudo quanto de bom podia. (XENOFONTE, **Apologia**, 26).

No trecho acima, Xenofonte nos mostra um retrato virtuoso do mestre: tão religioso que nada fazia sem a orientação dos deuses, tão justo que não prejudicava, por menos que fosse, qualquer pessoa, concedendo, pelo contrário, os maiores benefícios a todos que se relacionavam com ele. Ele tinha tanto autocontrole que jamais optava por um procedimento mais prazeroso em detrimento do melhor. Era tão sábio que não se equivocava no seu discernimento do melhor e do pior, prescindindo de qualquer conselheiro, mas sempre confiante em si mesmo e no seu próprio conhecimento. (**Memoráveis**. IV. 8. 11). Essa era a figura que o discípulo queria mostrar do mestre, nada diferente da vida que ele levou junto à sociedade nos seus setenta anos de existência.

Ao fim da Apologia, Xenofonte faz um discurso apaixonado pela figura de Sócrates, demonstrando também a tristeza de não poder ter estado presente no julgamento e nos momentos finais daquele homem que mudou toda a sua maneira de ver as pessoas e o mundo:

Eu, por minha vez, ao refletir sobre a sabedoria e nobreza de espírito daquele homem, não posso deixar de lembrá-lo, de o elogiar. Se algum dos que aspiram à virtude tiver conhecido alguém que lhe tenha trazido mais benefícios do que Sócrates, julgo que esse merecerá, mais do que todos, ser considerado um homem feliz. (XENOFONTE, **Apologia de Sócrates**, 34).

## Principais semelhanças e diferenças entre Platão e Xenofonte

Os dois autores expõem informações relativas tanto aos motivos que conduziram Sócrates ao tribunal quanto os argumentos utilizados pelo filósofo para contrapor as acusações feitas pelos seus acusadores formais e informais. Através da leitura atenta dos textos, observamos algumas semelhanças entre os dois pensadores. Em algumas passagens também são encontradas informações diferenciadas que suscitam dúvidas quanto a veracidade dos fatos expostos pelos dois pensadores.

Tanto as semelhanças quanto as diferenças podem ser observadas em diferentes momentos dos textos: no exórdio, na exposição das acusações (antigas e recentes), nos argumentos de defesa propriamente ditos, nas possíveis penas e nas considerações finais.

Vejam as diferenças e semelhanças entre a **Defesa** de Platão e a **Apologia** de Xenofonte quanto aos seguintes aspectos: (1) os argumentos de acusação; (2) o estilo de “defesa”; (3) a pena alternativa de multa; e (4) a possibilidade de fuga:

### (1) Quanto aos argumentos de acusação:

Platão	Xenofonte
“[...] não reconhece os deuses que a cidade reconhece, ter introduzido divindades novas e corromper os jovens.” (PLATÃO, <b>Defesa de Sócrates</b> , 24 b-c).	- “[...] seus adversários acusaram-no no julgamento de não reconhecer os deuses que são reconhecidos pela cidade, e de, em sua vez, introduzir novas divindades e de corromper os jovens.” (XENOFONTE, <b>Apologia de Sócrates</b> , 10);  - “[...] desrespeito pela constituição vigente, que conduziria a insurreição (9); comportamento de Crítias e Alcibíades (12-47); incitação ao desrespeito pelos pais (49-55) e recurso a citações poéticas de teor subversivo (56-61).” (XENOFONTE, <b>Memoráveis</b> ).

Pela observação do quadro acima, observamos semelhanças no que se referem as principais acusações. Observa-se também similitudes na existência da sentença, visto que formalmente Sócrates foi acusado pelos mesmos motivos nas duas apologias (Platão e Xenofonte).

Nas **Memoráveis** de Xenofonte, constatamos a reiteração da acusação de corrupção da juventude e as suas implicações para a vida política de Atenas. Nessa obra, o discípulo relata como os acusadores desmembraram a acusação. Uma delas residia no cerne das leis da cidade, imputando ao filósofo discursos de teor subversivo que conduziriam ao desrespeito a constituição da cidade. Na outra, pesava o aspecto familiar com a incitação ao desrespeito dos pais. Para respaldar o poder subversor do réu, os seus acusadores utilizaram o exemplo de dois cidadãos atenienses que mancharam o nome da cidade: Crítias e Alcibíades. Como na juventude os dois frequentaram o ciclo de conversas de Sócrates, os seus atos injustos foram atribuídos a influência do mestre.

Com isso, podemos verificar que essas pseudo-acusações constituíam incitações constantes de julgamentos, transformando as preocupações rotineiras dos atenienses em acusações formais perante o tribunal da cidade.

## (2) Quanto ao estilo de “defesa”:

Platão	Xenofonte
<p>- No exórdio Platão expõe que Sócrates não quis utilizar em sua defesa discursos que obscurecessem toda a verdade, sobrepondo argumentos aparentemente válidos. A prática de discursos “floridos” para impressionar os juízes é indicado pelo filósofo como um dos caminhos a ser evitado pelos homens virtuosos. (PLATÃO, <b>Defesa de Sócrates</b>, 17b-c);</p>	<p>- Sócrates nada tinha a declarar em sua defesa, seus atos já o fizeram durante toda a sua vida e o <i>daimonion</i> o impedira de se defender em termos convencionais. (XENOFONTE, <b>Apologia de Sócrates</b>).</p> <p>- “Outros, é verdade, trataram do assunto e disseram da enorme altivez de sua linguagem, de sorte que não há o que questionar este ponto.” (XENOFONTE, <b>Apologia de Sócrates</b>, 1).</p>

Os dois trechos mostram que se Sócrates realizou sua própria defesa, não o fez nos termos convencionais. Na defesa de Platão há a referência ao estilo de linguagem utilizado pelo filósofo: sem floreios ou adjetivos que obscurecessem a veracidade dos fatos

de sua vida. Na de Xenofonte o discípulo alerta que não mencionará a linguagem utilizada pelo filósofo, uma vez que outros já tinham feito isso. Sua apologia procura mostrar porque Sócrates preferiu a morte ao não preparar previamente um discurso de defesa.

Como Sócrates sempre conduziu sua vida pautada na verdade e na virtude, ele se recusou a utilizar os discursos chorosos e pedantes de alguns de seus contemporâneos. Para ele, seus atos por si só realizariam sua defesa.

### (3) Quanto à pena alternativa de multa:

<b>Platão</b>	<b>Xenofonte</b>
- Com tom de ironia, Sócrates propõe pagar como multa uma mina ou trinta. Como fiadores ele propõe seus discípulos. (PLATÃO, <b>Defesa de Sócrates</b> ).	- Recusa-se a admitir fixar a si próprio uma multa e não reconhece qualquer culpa. (XENOFONTE, <b>Apologia</b> ).

Na versão de Platão, o filósofo propõe pagar uma mina de prata e ainda oferece Críton, Crítobulo, Apolodoro e o próprio Platão como possíveis fiadores de uma multa de trinta minas. Na versão de Xenofonte, Sócrates se recusa a propor qualquer multa, porque isso equivaleria a um reconhecimento de culpa. Na verdade não existe admissão de culpa em nenhuma parte, o que existe é uma transigência ao que considera sua missão fundamental: investigar o oráculo do deus Apolo.

Observamos que quando o Sócrates platônico se propõe a pagar uma mina de prata ele utiliza a ironia, pois todos sabiam que ele não possuía qualquer riqueza. Seja recusando abruptamente a fixar a si uma multa ou debochando do tribunal, o fato é que a multa em si não teria significado algum, uma vez que o filósofo jamais pagaria um preço tão alto para se abster de continuar filosofando.

### (4) Quanto à possibilidade de fuga:

<b>Platão</b>	<b>Xenofonte</b>
- Razões de ordem moral que enaltecem a figura do mestre ao não quebrar a observância às leis da cidade. (PLATÃO, <b>Críton</b> ).	- Sócrates considera que fugir à morte nada mais é do que adiá-la ou evitá-la. Ele questiona sobre a existência de um local em que poderia se esconder da morte. (XENOFONTE, <b>Apologia</b> ).

Através dos diálogos platônicos (**Críton** e **Defesa de Sócrates**) e dos de Xenofonte (**Apologia de Sócrates** e **Memoráveis**), analisamos que Sócrates teve chances reais tanto de facultar uma multa a sua escolha, quanto de fugir da prisão onde se encontrava esperando a execução. Os seus discípulos planejaram uma fuga, mas o mestre se recusou não só a descumprir as leis da cidade, como a fugir do seu inevitável destino.

Para o filósofo, o fato de estar sendo injustamente executado e a certeza de ter levado uma vida virtuosa lhe davam esperança de uma feliz vida após a morte. Ao fugir, ele poderia entrar em contradição com seus princípios éticos, o que para ele seria uma morte muita mais vergonhosa.

Com isso, podemos perceber que Sócrates mesmo diante da morte, continuou fiel aos seus princípios, ao crer que a morte não representava o término da vida e sim o deslocamento da alma para outro lugar, seja lá qual for. Como ele acreditava ser um homem bom, tinha confiança de ir para um bom lugar destinado aos homens virtuosos.

## CONSIDERAÇÕES

Sócrates é uma figura complexa que viveu intensamente aquilo que julgava ser a melhor forma de viver. O retrato encontrado nas obras de Platão e Xenofonte não representa necessariamente tudo aquilo que o filósofo pensava acerca das coisas. Isso porque o recorte dos textos analisados é a sua defesa no tribunal ateniense. É nos argumentos de defesa que são encontradas informações relativas a sua forma de vida, tanto físico-psíquica quanto psíquica.

O próprio Sócrates afirmava não ensinar os seus discípulos, o que significava que não formou nenhuma escola convencional. Sua “escola” constitui o prolongamento de suas ideias por meio de seus discípulos e amigos.

Para ele, o melhor caminho para a sabedoria, seria uma “ignorância metódica”, ou seja, quando o homem reconhecesse a necessidade de conhecer constantemente as coisas. Esse reconhecimento ocorreria quando ele se sentisse estimulado a estudar e a indagar os seus concidadãos.

Aos seus amigos ele confessava que nada sabia e que toda a sua investigação constituía uma busca de compreensão a resposta fornecida ao seu amigo Querefonte pelo oráculo de Delfos.

Um dos aspectos significativos da defesa de Sócrates é a sua confiança na existência do divino e na possibilidade de as almas encaminharem-se para outro lugar, continuando a existir sem a vestimenta corporal.

Sócrates expõe publicamente a sua crença em “demônios”, considerados como deuses ou mesmo filhos de deuses. Para ele, a manifestação de um *daímon* em momentos de dificuldades constituiria a própria prova de sua inocência a respeito da acusação de ser ímpio. Em sua concepção, o deus o fazia levar a vida do jeito que levava, analisando, refutando e acima de tudo convivendo com os cidadãos.

Mesmo utilizando argumentos coerentes com o seu estilo de vida, Sócrates é condenado e prefere morrer a admitir alguma possibilidade de subterfúgio que o levasse a fugir de sua responsabilidade ética e política.

Ao ser confirmada a sua sentença de morte, Sócrates expõe duas alternativas para o significado da morte: a ausência de qualquer sensação ou o deslocamento da alma para um outro lugar, seja ele qual fosse.

Pelas suas colocações, tanto uma possibilidade quanto a outra seria favorável a ele, justificando com isso o motivo do *daímon* não ter se manifestado durante todo o julgamento.

Pelas colocações do filósofo, podemos perceber a sua firme convicção na possibilidade de sua alma continuar a existir, mesmo depois da morte, e de usufruir uma vida destinada aos bons e justos: continuar a conversar com os homens que partiram desta vida para outra.

Em nossa concepção, o sentido ético da morte é o mesmo da vivência da temporalidade. A morte se relaciona com o problema da totalidade, representando o último sentido da existência. A iminência da morte ajuda a reordenar, sob um valor educativo e sob um signo da unidade do espírito, a multiplicidade do mundo espaço-temporal.

O caráter mortal da existência constitui um problema filosófico, porque faz com que o homem indague sobre o próprio sentido da vida.

Talvez a verdadeira causa da morte de Sócrates fosse mesmo política, pois com suas ações ele ameaçava o partido democrático dominante. Ele podia ter fugido da prisão, pedido clemência, ou mesmo saído de Atenas, mas ele não quis. Quis cumprir até o final as leis da cidade. Com essa decisão, ele se tornou o primeiro mártir da filosofia.

Pode-se considerar a morte de Sócrates injusta, até mesmo porque os verdadeiros motivos que a levaram a morte foram distorcidos ou forjados por seus acusadores, que nem mesmo ousaram declará-los. Porém, não se pode esquecer que o fato de Sócrates ter morrido desta forma contribuiu para que fosse incorporada a sua pessoa uma espécie de heroísmo comparável a figura de Jesus Cristo e tantos outros mártires da história da humanidade.

Sócrates, ao morrer de forma digna, continuou a viver na memória dos gregos como um homem de bem que não se deixou corromper. Essa memória chegou até nós e continua a despertar o interesse pela compreensão do seu pensamento.

## REFERÊNCIAS

- BURKERT, Walter. **Religião grega na época clássica e arcaica**. Tradução M. J. Simões Loureiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- FREIRE, Antonio. **Sócrates no pensamento grego**. Revista Portuguesa de Filosofia. Braga, Tomo XXXVII, p. 133-177, 1981.
- HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. Tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1992.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1993.
- ISIDRO PEREIRA, S. J. **Dicionário grego-português e português-grego**. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1990.
- HOMERO. **Ilíada**. Tradução Carlos Alberto Nunes. Edições Melhoramentos, s.d.
- JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MOSSÉ, Claude. **O processo de Sócrates**. Tradução Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- PINHEIRO, Ana Elias. **Xenofonte**. Apologia de Sócrates. Mathésis, vol. 12, p. 133-164, 2003.
- PLATÃO. **Defesa de Sócrates**. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- \_\_\_ . **O Banquete**. Tradução Carlos Alberto Nunes. Pará: Universidade Federal do Pará, 2001.
- \_\_\_ . **Êutifron, Apologia de Sócrates, Críton**. Tradução, introdução e notas de José Trindade Santos. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- \_\_\_ . **Diálogos**: Protágoras - Górgias - Fedão. Tradução Carlos Alberto Nunes. Pará: Universidade Federal do Pará, 2002.
- SARIAN, HAIGANUCH. **Culto heróico, cerimônias fúnebres e a origem dos jogos olímpicos**. Revista Brasileira de Estudos Clássicos, v. 9/10, n. 9/10, 1996/1997. São Paulo: SBEC.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução Ísis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Difel Editorial, 5º edição, 1986.
- \_\_\_ . **Mito e sociedade na Grécia antiga**. Tradução Myriam Campello. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

XENOFONTE. **Ditos e feitos memoráveis de Sócrates - Apologia de Sócrates.** Tradução  
Líbero Rangel de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

### CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

<b>Nº</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ago/ 08</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan/ 09</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>
<b>01</b>	Pesquisa bibliográfica: fichamento de obras;	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>						
<b>02</b>	Leitura e fichamento dos textos de apoio;			<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>						
<b>03</b>	Avaliação oral parcial.				<b>R</b>								
<b>04</b>	-Redação dos primeiros textos; Elaboração do Relatório Parcial;			<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>						
<b>05</b>	-Entrega do Relatório Semestral.						<b>R</b>						
<b>06</b>	-Continuação da construção dos textos;							<b>R</b>	<b>R</b>				
<b>07</b>	-Revisão dos textos; -Elaboração do Resumo e Relatório Final									<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	
<b>08</b>	Preparação da Apresentação final para o Congresso											<b>R</b>	<b>R</b>